

SINTAXE

Denilda Moura

Universidade Federal de Alagoas

1. Introdução: Teoria sintática

Do grego *syntaxis* (ordem, disposição), o item lexical **sintaxe** tem sido utilizado em várias áreas do conhecimento, sempre que entra em jogo um tipo de linguagem.

Na informática, por exemplo, fala-se de linguagem de programação, definida como um conjunto de símbolos e regras para combiná-los (sintaxe) de modo a expressar operações lógicas, matemáticas e de recepção (leitura ou entrada) e emissão (gravação ou saída) de dados para e de dispositivos. Para a informática, as linguagens de programação permitem aos programas escrever de forma clara e objetiva, sem ambigüidade, programas para serem executados pela CPU de um sistema informático. Para a informática, ainda, uma linguagem de programação pode ser de alto nível – quando contém instruções complexas e poderosas, assemelhando-se à linguagem natural humana – ou de baixo nível – quando suas instruções são elementares e pouco poderosas, assemelhando-se à linguagem interna da CPU, chamada comumente de *linguagem de máquina*, cf. Oliveira (1999, p. 175). Como podemos perceber, em informática o item lexical sintaxe traz como referência a forma correta de escrita numa determinada linguagem de programação ou linguagem de comunicação do usuário com um programa ou sistema operacional.

Essa noção de sintaxe para a linguagem artificial parece ter muitas semelhanças com a noção de sintaxe que aparece nos vários compêndios de Gramática Tradicional e nos Dicionários, em que é privilegiada apenas uma das modalidades da língua – a escrita (formal), e em que a noção de correção gramatical, distante da realidade lingüística das línguas naturais, encontra-se totalmente dissociada dos avanços da ciência lingüística instaurada na segunda metade do século XX.

Tendo em vista as inúmeras distinções que podem ser estabelecidas entre uma lingua(gem) artificial e a lingua(gem) natural, é preciso ressaltar que, enquanto aquela requer uma aprendizagem de regras ¹, as regras ou as estruturas das frases ou enunciados das línguas naturais das línguas naturais são tão naturais para o falante, que ele não tem consciência nem avalia a sua complexidade.

Uma criança precisa de um meio ambiente rico que lhe permita desenvolver ao máximo as suas potencialidades lingüísticas (isto é, precisa de leitura, de conversação, de prática da escrita, etc.). A última coisa que a criança necessita é que lhe ensinem a estrutura da sua língua. Essa estrutura, ela própria encarrega-se de desenvolver sem necessidade de instrução, e de um modo muito mais rico, sofisticado e articulado do que aquilo que é proposto por qualquer teoria lingüística atual, cf. Raposo (1992, p. 37).

E, nesse sentido, os lingüistas modernos seguem uma tradição consagrada pelo tempo na história da linguagem ao distinguirem entre **gramática universal** e **gramáticas específicas**. A primeira, a teoria geral da linguagem, é uma teoria sobre o que é a linguagem e delimita a classe de línguas naturais possíveis (...). Uma gramática de uma determinada língua é parte da teoria sobre aquela língua, através da qual tentamos moldar ou representar o que o falante nativo sabe sobre sua língua, cf. Bach (1981, p. 19).

Quando as pessoas falam, elas utilizam sons para veicular significados. A teoria sintática é o resultado da tentativa de compreender os princípios gerais que determinam a construção de frases e que é preciso conhecer para cumprir tal tarefa (idem p. 13).

A partir das questões levantadas a seguir, poderemos ter uma primeira caracterização da especificidade da linguagem humana, questão essa que será retomada ao longo do texto.

Destacados filósofos reconheceram o domínio da linguagem como uma propriedade central do ser humano, salientando alguns ser apanágio dos indivíduos da nossa espécie, independentemente do seu grau de inteligência, usarem *criativamente* a sua língua – i.e., combinarem “palavras de *maneiras diversas* para *responder com*

¹ Aprendizagem aqui é considerada em seu sentido clássico, enquanto memorização de estruturas, treino, estabelecimento de analogias, repetição de tarefas, etc.

oportunidade a tudo o que se disser na sua presença, como podem fazer os homens mais embrutecidos” (R. Descartes, *Discurso do Método*, p. 68), cf. Faria et al. (1996, p. 12).

Para esses autores, na segunda metade do século XX, os estudos desenvolvidos em Linguística Teórica e na recente Psicologia Cognitiva reforçaram a convicção da especificidade biológica da linguagem, irradiada dos palcos do saber durante a época em que posições empiristas dominaram as ciências do Comportamento e da Linguagem. Podemos, aliás, reconhecer na citação de Descartes algumas das premissas que vão caracterizar os dois paradigmas fundamentais das últimas décadas, i.e., o paradigma gerativista e o paradigma funcionalista (idem, p. 12-3).

Esses dois paradigmas serão abordados na sessão seguinte, em especial com relação ao domínio da Sintaxe.

2. Teorias lingüísticas

A partir do pressuposto de que as ciências, assim como outras espécies de saber, fazem *reduções parciais da diversidade*, isto é, recortam o campo da diversidade observacional de maneiras que lhes parecem apropriadas para o tipo de entidade e de explicações que lhes são preferenciais, a questão do objeto da lingüística não pode ser deixada de lado por quem quer que deseje tomar consciência das opções subjacentes à prática da investigação lingüística, cf. Dascal e Borges Neto (1991, p. 17).

Segundo esses autores, se toda teoria delimita uma certa ‘região’ da realidade como seu objeto de estudos, o objeto observacional de uma teoria é, em princípio, a ‘região’ que a teoria privilegia como foco de sua atenção e é constituído por um conjunto de fenômenos observáveis”. E uma vez “delimitado o objeto observável, a teoria vai identificar *entidades básicas*, a partir das quais vai atribuir propriedades aos fenômenos pertencentes ao campo e vai estabelecer relações entre eles, transformando o objeto observável em *objeto teórico* (idem, p. 18-9).

No entanto, ainda como destacam os autores, embora o objeto observacional seja, em princípio, o mesmo para todas as teorias, os objetos teóricos podem ser extremamente distintos. E é na passagem do objeto observacional para o objeto teórico que encontraremos as razões das divergências metodológicas e ontológicas das várias

teorias. Dessa forma, a definição do objeto teórico ‘cria’ uma realidade particular da teoria. Mas, além disso, é preciso destacar que vários fatores influenciam as decisões a respeito do objeto observável. No caso específico do domínio que nos interessa particularmente – a Sintaxe, podemos afirmar que a possibilidade de formalização leva à opção de privilegiar ora um aspecto dos fenômenos, ora outros. Por exemplo, “no momento em que se tornou possível usar a teoria das funções recursivas na lingüística, a sintaxe da sentença tornou-se o objeto privilegiado e a fonologia deixou de ser a ‘vedete’ da lingüística científica”, cf. p. 46.

A fim de apresentar os dois paradigmas fundamentais das investigações em sintaxe, nas últimas décadas, mais uma vez recorremos a Dascal e Borges Neto (1991), para quem “as opções metodológicas não só delimitam o objeto como também determinam a estruturação interna das teorias. Nesse sentido, privilegiar a sintaxe, em detrimento, por exemplo, da semântica e da pragmática, corresponde precisamente a privilegiar aquilo que é mais diretamente formalizável. Analogamente, privilegiar a sentença, em oposição ao texto ou ao discurso, é resultado da mesma opção metodológica”, cf. p. 47.

Enfim, segundo os autores, “em suas formas mais ambiciosas, a cientificidade não visa apenas à descrição dos fenômenos, mas também à sua explicação. ‘Explicar’ consiste sempre em mostrar como um fenômeno dado deriva de leis gerais e/ou de causas que se situam a um nível mais profundo, ou mais básico, do que o próprio fenômeno. É no momento em que a teoria se pretende explicativa nesse sentido que as opções ontológicas se fazem sentir, pois são essas opções que determinam aquilo que vai ser considerado mais ‘básico’ ou ‘realmente existente’, isto é, aquilo que pode funcionar como causa numa explicação. Aqui já não se trata, então, de determinar apenas o objeto observacional, mas o que chamamos de *objeto teórico*”, cf. p. 47-8.

Com base nas questões e reflexões teóricas esboçadas até então, com relação à constituição de uma teoria lingüística (ou sintática), apresentaremos a seguir algumas questões e reflexões que consideramos fundamentais para a compreensão do paradigma gerativista e do paradigma funcionalista, em especial no domínio da sintaxe.

2.1. Paradigma gerativista

O paradigma gerativista ou formalista aproxima a lingüística da lógica e da matemática, e se desenvolve em paralelo com a perspectiva biológica da capacidade da linguagem verbal, específica do ser humano.

Duas questões básicas podem ser identificadas no paradigma gerativista:

a) uma questão técnica, através de propostas técnico-teóricas de análise e representação sintática;

b) uma questão epistemológica que é bastante coerente do início até hoje e que tem como foco central o pressuposto de que a linguagem é um sistema de conhecimento interiorizado na mente humana.

Desde *The Logical Structure of Linguistic Theory*, de 1955 (publicado parcialmente 20 anos depois), vários modelos se sucederam sob o nome genérico de Gramática Gerativa. A publicação de *Knowledge of Language: its Nature, Origin and Use, de 1986*, "assume uma dimensão única no conjunto da produção bibliográfica de Chomsky: é o livro em que ele faz um balanço de trinta anos de investigação", cf. Duarte (1994), no prefácio à edição portuguesa desse livro. Duarte destaca ainda avanços significativos da teoria lingüística chomskyana a partir de *Knowledge of Language*.

A concepção modular da gramática e a abordagem paramétrica, que Chomsky defende e exemplifica em KL, têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento da teoria lingüística, pela articulação plausível que propõem das questões da natureza e origem do conhecimento da língua, pelo diálogo que têm possibilitado com disciplinas afins, pela capacidade demonstrada para enfrentar problemas complexos como os do reconhecimento e da mudança lingüística e pela compreensão unitária que têm permitido alcançar de fenômenos que anteriormente eram tratados isoladamente.

Saliente-se finalmente que o modelo de princípios e parâmetros privilegia a perspectiva comparativa² e na análise dos fenômenos lingüísticos – uma vez que os princípios e parâmetros são

² Essa questão será retomada na terceira sessão quando será abordada a nova sintaxe comparativa.

concebidos como *hipóteses empíricas* sobre as propriedades da faculdade da linguagem e dos estados de conhecimento atingidos como resultado do processo de aquisição da linguagem, na análise de qualquer fenômeno de uma dada língua torna-se tarefa essencial isolar propriedades imputáveis a princípios ou parâmetros e procurar a justificação destes em amostras cada vez mais ricas e diversificadas de línguas.

Em Chomsky (1986), encontramos três questões cruciais sobre o conhecimento da língua, sua natureza, origem e uso.

- (1) (i) O que constitui o conhecimento da língua?
- (ii) Como é adquirido o conhecimento da língua?
- (iii) Como é usado o conhecimento da língua?

A resposta à primeira questão é dada por uma gramática gerativa particular: uma teoria que se ocupa do estado da mente/cérebro do indivíduo que conhece uma língua particular. Por sua vez, a resposta à segunda questão é dada por uma especificação da gramática universal (GU) e pela consideração dos meios através dos quais os seus princípios interagem com a experiência, de modo a darem origem a uma língua particular. A GU é uma teoria do “estado inicial” da faculdade da linguagem, anterior a qualquer experiência lingüística. Finalmente, a resposta à terceira questão seria uma teoria acerca do modo como o conhecimento da língua atingido interfere na expressão do pensamento e na compreensão das amostras de língua que nos são apresentados e, por conseqüência, na comunicação e noutros usos especiais da língua, cf. Chomsky (1986), na versão portuguesa de 1994, p. 23.

A gramática gerativa de uma língua particular (onde “gerativa” não significa mais do que “explícita”) é uma teoria que diz respeito à forma e ao significado de expressões dessa língua. Podem imaginar-se muitos modos diferentes de abordar tais questões, podem ser adotados muitos pontos de vista ao tratá-las. A gramática gerativa limita-se a considerar certos elementos desta problemática. O seu ponto de referência é o da psicologia individual. Diz respeito aos aspectos da forma e do significado que são determinados pela “faculdade da linguagem”, que deve ser entendida como uma componente particular da mente humana. A natureza desta faculdade é o tema básico de uma teoria geral acerca da estrutura da linguagem,

que tem como objetivo a descoberta do conjunto de princípios e de elementos comuns às línguas humanas possíveis; atualmente esta teoria é muitas vezes chamada "gramática universal" (GU), por adaptação de um termo tradicional a um novo contexto de investigação. A GU deve ser vista como uma caracterização da faculdade de linguagem geneticamente determinada. Pode-se encarar esta faculdade como um "mecanismo de aquisição da linguagem", uma componente inata da mente humana que origina uma língua particular pela interação³ com a experiência vivida, ou ainda como um mecanismo que converte a experiência num sistema de conhecimento atingido: conhecimento de uma ou de outra língua, cf. op. cit. p. 22-23.

O programa de investigação da gramática gerativa chomskyana, acima delineado, permite-nos apreender uma das características básicas do paradigma gerativo chomskyano – os princípios e as restrições universais que presidem o desenvolvimento de uma língua-I. A GU pode ser considerada como um leque de opções e as línguas-I como um conjunto de escolhas efetuadas a partir dos diferentes parâmetros propostos pela GU.

A partir dessa constatação, é necessário retomarmos o que declara Chomsky (1986) [1994]: A gramática gerativa mudou o foco de atenção do comportamento linguístico real ou potencial e dos produtos deste comportamento para o sistema de conhecimento que sustenta o uso e a compreensão da língua, e, mais profundamente, para a capacidade inata que permite aos humanos atingir tal conhecimento. Esta mudança de foco foi do estudo da língua-E para o estudo da língua-I, do estudo da língua encarada como um objeto exteriorizado para o estudo do conhecimento da língua atingido e internamente representado na mente/cérebro. Uma gramática gerativa não é o conjunto de asserções acerca de objetos exteriorizados construídos de uma determinada maneira. Pelo contrário, pretende representar exatamente aquilo que uma pessoa sabe quando sabe uma língua, ou seja, aquilo que foi aprendido, porque complementado por princípios inatos. A GU é uma caracterização destes princípios inatos e biologicamente determinados, que constituem uma componente da mente humana – a faculdade de linguagem, cf. p. 43-4.

³ Optamos pela utilização da ortografia do português brasileiro, a fim de privilegiar a unidade do texto.

Nessa perspectiva, as características internas à língua, isto é, a natureza de seus constituintes e as relações entre eles, definem o paradigma formalista da gramática gerativa chomskyana.^{4 5 6}

2.2. Paradigma funcionalista

A partir da afirmação de Saussure que considera como essencial à língua seu papel de instrumento de comunicação, alguns de seus sucessores, chamados funcionalistas, consideram o estudo de uma língua como a investigação das funções desempenhadas pelos elementos, as classes e os mecanismos que nele intervêm (a consideração da função leva à idéia de que o estudo de um estado de língua, independentemente de toda consideração histórica, pode ter valor explicativo, e não somente descritivo), cf. Ducrot & Todorov (1972, p. 42).

A perspectiva funcionalista de Givón (1984) defende que a integração de componentes diversos é uma das características de qualquer paradigma funcionalista. Dessa forma, ele declara o objetivo de fornecer ‘um quadro explícito, sistemático e abrangente de sintaxe, semântica e pragmática unificados como um todo’. Para Givón, a gramática não constitui uma mera lista não ordenada de domínios funcionais não-relacionados. Pelo contrário, ela parece ser internamente estruturada como um organismo, dentro do qual alguns subsistemas são mais proximamente relacionados entre si – tanto em função como em estrutura – do que outros, e no qual existe uma organização hierárquica. A sintaxe é vista como a codificação de dois domínios funcionais distintos: a semântica (proposicional) e a pragmática (discursiva). Uma sentença que presumivelmente contenha apenas informação semântica e que não apresente função pragmática realmente não existe na comunicação, apenas pode representar um segmento artificialmente isolado de seu contexto, para fins de análise, cf. Givón (1984) apud Moura Neves (1997, p. 24).

⁴ Na sessão 3, serão apresentados alguns exemplos, a fim de ilustrar uma perspectiva de análise lingüística, no quadro da sintaxe comparativa.

⁵ Para conhecer muitas das várias análises realizadas no Brasil, segundo o paradigma gerativo chomskyano, ver Kato e Ramos (1999), Berlink et al. (2000), Galves (2001) e as várias referências aí mencionadas.

⁶ Sob a abordagem formalista chomskyana e seus desenvolvimentos mais recentes, ver Raposo (1992, 1999)

Naro e Votre (1996, p. 51-2), em suas análises na perspectiva funcionalista, explicitam a proposta teórica defendida por Givón (1979, 1984) quando afirmam que “do uso da língua – a comunicação na situação social – origina-se a forma da língua, com as características que lhe são peculiares, inclusive, diferentes graus de instabilidade associados a diferentes subsistemas. Isso supõe entender a língua como um objeto maleável, probabilístico a não-determinístico. Portanto, nessa visão, estrutura (ou a forma da língua) é uma variável dependente, resultante de regularidades das situações em que se fala. Daí segue-se que a estrutura só pode ser explicada levando-se em conta, e considerando-se com especial cuidado, a comunicação”.

Na Introdução de *A Gramática Funcional*, Moura Neves (1997) além de enfatizar uma das questões básicas do funcionalismo – o uso das expressões lingüísticas e a comunicação – acrescenta outras questões consideradas basilares para a análise lingüística, segundo o paradigma funcionalista. Para a autora, qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Em princípio se poderia dizer, pois, que o que o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame é a competência comunicativa. Isso implica considerar as estruturas das expressões lingüísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração. Ao lado da noção essencial de que a linguagem é um instrumento de comunicação, encontra-se nos funcionalistas um tratamento *funcional* da própria organização interna da linguagem.

A autora destaca ainda a questão da interação verbal, presente desde o começo do século XX na Escola Lingüística de Praga, afirmando que a gramática funcional tem sempre em consideração o uso das expressões lingüísticas na interação verbal, o que pressupõe uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo lingüístico, cf. p. 16.

Numa referência a Dik (1978, 1979 e 1980), Moura Neves constata ser mais moderada a proposta de Dik, cuja gramática funcional constitui uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional

da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro da teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal. Requer-se dela, pois, que seja ‘pragmaticamente adequada’, embora se reconheça que a linguagem só pode funcionar comunicativamente por meio de arranjos sintaticamente estruturados. E, nessa perspectiva, a especificação gramatical de uma expressão, por outro lado, inclui a descrição semântica, não se admitindo a existência de uma sintaxe autônoma, cf. p. 25-6.

Considerando que o termo paradigma é proposto para designar cada conjunto de crenças e hipóteses em interação, Moura Neves (1997) apresenta a análise de Dik (1978, 1989), em que são confrontadas as duas grandes correntes do pensamento lingüístico moderno – o formalismo e o funcionalismo – e sintetiza essa análise afirmando que “no paradigma formal, uma linguagem natural é vista como um sistema abstrato autônomo em relação aos modos de uso, enquanto, no paradigma funcional, considera-se que as expressões lingüísticas não são objetos funcionais arbitrários, mas têm propriedades sensíveis a, e co-determinadas por, determinantes pragmáticos de interação verbal humana”, cf. p. 46.^{7 8}

3. A sintaxe comparativa

Uma linha de investigação bastante profícua nos últimos anos tem sido a da sintaxe comparativa, especialmente para análises que têm correlacionado fenômenos de variação lingüística à lingüística formal, e a gramática gerativa chomskyana tem fornecido o suporte teórico indispensável para as análises empreendidas.

Rizzi (1988) caracteriza essa nova linha de investigação no texto *The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar*: A idéia de comparar línguas para propósitos teóricos não é nova. No século XIX a gramática comparativa obteve muito sucesso estabelecendo relações de origem e de parentesco entre as línguas à base de considerações, e vários enfoques comparativos para

⁷ Para mais detalhes sobre análises lingüísticas na perspectiva funcionalista, segundo as suas várias tendências, em estudos sobre o português brasileiro, ver: Moura Neves (1997, 1999, 2000); Berlink et al. (2000); além de todas as referências aí encontradas.

⁸ Para uma análise sobre a complementaridade e/ou integração entre essas duas grandes correntes do pensamento lingüístico, ver Kato (1986, 1998).

a tipologia das línguas obtiveram muito sucesso nesse século. Ao longo dos últimos dez anos, o método comparativo tornou-se um componente essencial do programa de pesquisa conhecido como gramática gerativa, com resultados muito proveitosos, em particular no domínio da teoria sintática. A nova sintaxe comparativa difere da tradição comparativa clássica no que se refere ao seu objetivo fundamental que não é histórico, mas psicológico: o objetivo fundamental do programa não dá conta do desenvolvimento das línguas (mesmo que, como poderemos ver, existam conseqüências significativas para a lingüística histórica), mas dá conta do objeto cognitivo, o conhecimento da língua que os falantes partilham, e a aquisição desse conhecimento. Nós tentaremos responder à questão fundamental sobre o papel da experiência e das propriedades intrínsecas na constituição do saber lingüístico do falante adulto; será crucial determinar o que pode variar e o que resta invariável entre as línguas. Essa informação somente pode ser obtida através de um estudo comparativo. Nesse sentido, a nova sintaxe comparativa pode exigir legitimamente um lugar no domínio da psicologia cognitiva. (No entanto), a fim de ver mais claramente o que esse trabalho comparativo objetiva, e por que ele é relevante para os estudos cognitivos, é necessário explicitar o programa da gramática gerativa, cf. p. 1-2.⁹

Kayne (1996, 2000) enfatiza a importância dos estudos comparativos sobre a sintaxe das línguas e dialetos, como uma fonte de investigação bastante promissora para fornecer uma ampla compreensão sobre a fixação de parâmetros nessas línguas e dialetos, além de fornecer explicações para a questão das unidades mínimas de variação sintática. Para ele, a sintaxe comparativa pode ser pensada como uma faceta da teoria sintática que se ocupa diretamente da questão de como caracterizar as propriedades das línguas humanas, que não são universais. E o estudo das diferenças entre línguas deve obviamente ocorrer junto ao estudo do que elas têm em comum, isto é, junto ao estudo dos princípios da gramática universal que interagem com os parâmetros das línguas específicas para produzir a variação observada. Similarmente, existem fortes razões para acreditar que procurar os princípios sintáticos universais não pode acontecer sem uma atenção especial à variação sintática.

⁹ Texto por nós traduzido, com a colaboração de alunos da disciplina Sintaxe, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFAL, em 2000.

Em seus mais bem sucedidos trabalhos, a sintaxe comparativa obtém simultaneamente dois tipos de resultados: ela dá conta de grupos de propriedades sintáticas mostrando que várias propriedades em questão podem ser explicadas a partir de uma única estrutura relativamente mais abstrata do parâmetro. E ela mostra que essa explicação paramétrica ótima (optimal) depende de condições específicas da própria formulação ou da compreensão dos princípios da gramática universal. Por outro lado, a sintaxe comparativa fornece evidências sobre questões que não são elas mesmas comparativas *in nature*¹⁰

Segundo Rizzi (1989), a questão do inatismo e da aquisição é um dos problemas empíricos fundamentais do programa de pesquisa, e ele se coloca de forma inelutável. Quais são os papéis da experiência e das propriedades intrínsecas na construção desse sistema de conhecimento extraordinariamente complexo que é o saber lingüístico do falante adulto? E, para desenvolver adequadamente essa questão, segundo ele, é necessário, entre outras coisas, determinar empiricamente as propriedades lingüísticas que são universais e constantes nas línguas, e as que variam de uma língua a outra. Para o que se refere às propriedades lingüísticas variáveis, trata-se igualmente de determinar os limites da variação possível. Esse tipo de informação que só pode ser obtida pelo estudo comparativo tem uma importância decisiva para os objetivos cognitivos do programa de pesquisa em gramática gerativa. Cada vez que nós identificamos uma propriedade lingüística variável, nós podemos estar seguros de que sua aquisição coloca em jogo, direta ou indiretamente, um fator da experiência (segundo a hipótese razoável de que as propriedades biologicamente determinadas não variam significativamente através da espécie humana, colocados à parte os casos de patologia grave). Igualmente importante é a identificação da invariância e dos limites à variação possível. Quando nós encontramos propriedades não banais que são estritamente invariantes nas línguas, ou cuja variação é muito limitada com relação às possibilidades concebíveis *a priori*, é razoável atribuir a invariância ou os limites observados a restrições intrínsecas, biologicamente determinadas, de nossas estruturas mentais.

Rizzi cita como exemplo o fenômeno da concordância gramatical em muitas línguas familiares. Em algumas dessas línguas

¹⁰ Tradução nossa.

existe uma concordância de traços gramaticais entre o sujeito e o verbo; algumas apresentam também uma concordância entre o verbo e o objeto ou um outro complemento verbal; outras enfim não têm o fenômeno da concordância. Nesse caso, é preciso admitir um certo espectro de variação para esse fenômeno, mas uma tal variedade não deve no entanto impedir o pesquisador de observar a uniformidade subjacente: o espectro é efetivamente bem delimitado. Para ele, ainda, os princípios da gramática universal restringirão os fenômenos de concordância verbal aos sintagmas nominais que estão na relação estrutural complexa de regência gramatical (government) com o elemento com o qual concorda, à exclusão de toda outra relação possível. Alguns tipos de concordância, concebíveis, mas jamais testados, serão então excluídos *a priori* pela gramática universal e o aprendiz não os levará em consideração ao longo da aprendizagem. Ao contrário, o aprendiz deverá fixar à base da experiência os parâmetros do módulo da concordância, isto é, descobrir que relações gramaticais (se elas existem) determinam a concordância na língua a que ele está exposto.

Os parâmetros da gramática universal podem ser conceitualizados como os pontos de bifurcação fundamentais do sistema gramatical geral, as diferenças irreduzíveis entre os sistemas gramaticais particulares. A fim de identificar empiricamente esses pontos de fratura primitivos, é essencial focalizar o trabalho comparativo sobre sistemas gramaticais próximos, pois línguas cuja estrutura global seja muito distante dificilmente permitiriam isolar diferenças primitivas plausíveis, por causa da interação complexa, às vezes inexoráveis de uma multiplicidade de diferenças observáveis. Nesse sentido, nós temos, no estudo comparativo, sistemas gramaticais extremamente próximos, que diferem apenas por um número restrito de propriedades fundamentais; essas propriedades são então relativamente fáceis de isolar e de distinguir de qualquer interferência escondida (ou disfarçada).

Conforme podemos verificar, através do breve resumo da proposta teórico-metodológica para as investigações em sintaxe comparativa, na perspectiva da gramática gerativa chomskyana, os estudos em sintaxe comparativa buscam demonstrar como a análise dos traços sintáticos em um sistema idealizado que corresponde a uma variação lingüística podem contribuir para a análise paramétrica em uma gramática universal.

Apresentamos a seguir alguns dados que estão sendo analisados e as hipóteses levantadas e testadas, com os primeiros resultados.¹¹

3.1. Uma proposta de análise na perspectiva da sintaxe comparativa

Na variedades européia e brasileira do português, a expressão *a gente* exhibe o comportamento de pronome. Tal como discutido em Menuzzi (1999, 2000), esta forma pronominal é particularmente interessante, uma vez que os seus traços gramaticais e semântico-discursivos não são idênticos. Do ponto de vista gramatical, esta forma está especificada como terceira pessoa do singular feminino. Em termos semântico-discursivos, *a gente* funciona como um pronome de 1ª pessoa do plural. Menuzzi (1999, 2000) mostra que ambos os traços estão ativos na gramática, o que é visível na seleção de formas pronominais ligadas pelo pronome *a gente*. Se *a gente* ligar uma forma pronominal localmente, a forma selecionada é uma anáfora de terceira pessoa, como em (2):

- (2) a - A gente_i viu-se_i no espelho.
 b - *A gente_i viu-nos_i no espelho.

Se a relação de ligação não for local, a forma selecionada concorda com os traços semântico-discursivos e não com os traços gramaticais:

- (3) a - A gente_i disse que o Paulo nos_i viu.
 b - *A gente_i disse que o Paulo (se_i / a_i) viu.

Hipoteticamente, seria possível seguir a hipótese de Chomsky (1986, 1995), de acordo com a qual a forma anafórica concorda com o núcleo flexional do domínio em que se encontra e no qual verifica os seus traços. Dado que I (inflection) é uma categoria gramatical, espera-se encontrar concordância gramatical no domínio local apenas. Porém será possível mostrarmos que uma hipótese baseada em concordância ou verificação de traços a nível local não é facilmente sustentável, uma vez que os dois tipos de concordância podem ser encontrados a nível local.

¹¹ Trata-se de um trabalho realizado em parceria com João Costa, da Universidade Nova de Lisboa, e Sandra Pereira, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, no âmbito do Projeto PE/PB, coordenado no Brasil por Mary Kato.

Os dois tipos de concordância a nível local encontram-se em construções em que *a gente* concorda com uma forma adjetival ou participial. Nesse contexto, é possível encontrar estratégias diferentes.

a) No Português do Brasil, é selecionada uma forma no masculino singular ou no feminino singular:

- (4) a - A gente estava cansado.
b - A gente estava cansada.

A primeira opção é usada se o referente de *a gente* só contiver elementos masculinos, e a segunda opção, se o referente só contiver elementos femininos.

b) No Português Europeu, foram encontrados todos os padrões possíveis:

- (5) a - A gente estava cansados.
b - A gente estava cansadas.
c - A gente estava cansado.
d - A gente estava cansada.

As opções (5 c-d) manifestam um comportamento idêntico em PE e PB. As opções (5 a-b) são mais problemáticas para a teoria da verificação de traços de Chomsky (1993, 1995), uma vez que no mesmo domínio local, *a gente* desencadeia concordância gramatical e semântico-discursiva. Exemplos como esses mostram por que motivo uma análise em termos da verificação de traços não explica facilmente esse problema, e algumas hipóteses de solução são apresentadas.

Vários testes são realizados para verificar *a gente* como pronome, *a gente* em relações de ligação, concordância de adjetivos e participios com *a gente*, chegando-se a um quadro síntese de todos os problemas detectados.

Concordância	Problema
Masculino singular	<ul style="list-style-type: none"> • Ativação parcial dos traços semântico-discursivos • Irrelevância dos traços gramaticais no domínio local
Masculino plural	<ul style="list-style-type: none"> • Relevância dos traços semântico-discursivos • Irrelevância dos traços gramaticais no domínio local
Feminino singular	<ul style="list-style-type: none"> • Traços gramaticais apenas aparentes • Irrelevância dos traços gramaticais no domínio local
Feminino plural	<ul style="list-style-type: none"> • Relevância dos traços semântico-discursivos • Irrelevância dos traços gramaticais no domínio local

Em seguida, são apresentadas duas hipóteses de análise.

Autonomia de domínios

Os problemas identificados prendem-se todos com uma assunção feita: a de que o que conta como domínio local para a seleção da forma pronominal ou anafórica é o mesmo domínio relevante para a verificação de traços de concordância na forma predicativa. Pode-se eventualmente tentar formular uma definição de domínios nos seguintes termos:

(6) a - Domínio para ligação: domínio de regência.

b - Domínio para concordância: concordância especificador núcleo.

Esta diferenciação de domínios permitiria explicar que *a gente* possa desencadear concordância singular com a expressão anafórica e concordância plural com o predicado num domínio que aparentemente é o mesmo. Dado que o que conta como domínio para cada um dos processos é diferente, espera-se encontrar comportamentos diferentes.

Esta hipótese contém um problema – o de saber por que motivo a concordância verbal e a do predicativo do sujeito podem não coincidir.

Autonomia de traços e inserção lexical tardia

Outra hipótese que parece viável é assumir que os traços associados ao pronome *a gente* não funcionam como um conjunto, mas podem ter funcionamento autônomo. Esta hipótese parece interessante, dado que uma expressão como *vocês*, cujos traços semântico-discursivos também não são coincidentes com os traços gramaticais, não levantam problemas do tipo identificado:

(7) a - Vocês estão interessados.

b - Vocês estão interessadas.

c - *Vocês estão interessado.

d - * Vocês estão interessada.

O paradigma de (7) mostra que as formas singulares nunca são selecionadas. À primeira vista, isto é esperado, uma vez que não existe qualquer razão gramatical ou discursiva para selecionar a forma singular. Recorde-se, no entanto, que a forma singular masculina pode

ser selecionada com *a gente*. Assim, parece legítimo assumir que, havendo concordância de número não problemática, o padrão de concordância se simplifica substancialmente. Esta diferença entre *a gente* e *vocês* pode indiciar uma diferença de comportamento entre os traços de gênero, favorecendo uma hipótese de acordo com a qual os vários traços se comportam de uma forma diferente.

Note-se que esta hipótese ainda não explica o padrão de concordância do feminino singular, dado que não há uma concordância total em termos discursivos. Eventualmente, este pode ser um domínio em que existe um cruzamento de traços discursivos com traços gramaticais. Além disso, esta hierarquia é viável assumindo-se o modelo de inserção lexical tardia de Halle & Marantz (1993), uma vez que o padrão de concordância encontrado é uma consequência do conjunto de traços ativado.

Apesar de não resolver o problema, parece que uma análise deste tipo poderá estar no caminho certo, uma vez que permite a dissociação da concordância verbal e da concordância com o predicado, atribui um estatuto autônomo aos vários traços relevantes, incorpora no modelo que assume a teoria da verificação de traços não só os traços gramaticais como também os traços discursivos e permite dissociar a concordância anafórica da concordância com o predicado da *small clause*.

Gostaríamos de destacar, ainda, que, se a análise pretendida apresentar os resultados esperados, ela poderá apresentar fortes evidências a favor da posição de Chomsky (1997, pág. 61), quando ele fala da questão da variação entre as línguas e afirma que “parece que muita coisa da variabilidade das línguas pode ser reduzida a propriedades dos sistemas flexionais. Se isso for correto, então a possibilidade de variação entre as línguas está localizada numa parte diminuta do léxico”.

Apesar de tratar-se da primeira versão de um trabalho em realização, os dados apresentados e a análise proposta permitem ilustrar algumas questões sobre a concordância verbal no português brasileiro e no português europeu, tratadas no quadro da sintaxe comparativa, na perspectiva da gramática gerativa chomskyana, em interação com a variação e a mudança lingüística.

4. Considerações finais

Como tivemos oportunidade de mostrar ao longo do texto, diversas perspectivas teóricas têm sido propostas objetivando explicar os fatos sintáticos da língua, segundo o que cada uma delimita como seu objeto teórico. Muito tem sido realizado na perspectiva de se encontrar explicações satisfatórias para os variados e variáveis fenômenos sintáticos das línguas naturais. Dentre as várias teorias existentes, optamos por apresentar aquelas que se integram nos dois paradigmas abordados – o formalista e o funcionalista. Mesmo tendo consciência de que não existe uma teoria única em cada um deles, optamos pelas propostas teóricas que mais têm contribuído para a formação e/ou a investigação de lingüistas brasileiros dedicados ao estudo dos fenômenos sintáticos da língua, como poderá ser comprovado através da farta bibliografia lingüística já existente no país.

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar outras linhas de investigação, no domínio da sintaxe, por exemplo: os estudos em sintaxe diacrônica e as análises sobre variação e mudança lingüística. É preciso ressaltar, ainda, que é a partir do paradigma formalista ou funcionalista, ou da interação ou complementaridade de perspectivas teóricas dos dois paradigmas da teoria lingüística que as análises têm sido realizadas, em especial com relação aos casos de variação e mudança lingüística. Cumpre destacar, também nesse caso, a farta bibliografia já existente sobre inúmeros trabalhos realizados, segundo o modelo de Princípios e Parâmetros.

Finalmente, nós queremos destacar que novas propostas teóricas e/ou novos paradigmas poderão surgir nesse novo século ou, ainda, o que já parece ser fato incontestável, é possível que tenhamos, nesse novo período, as interações ou complementaridades de modelos teóricos já existentes, a fim de que possam contribuir construtivamente para o enriquecimento da investigação lingüística, em especial, no domínio da sintaxe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACH, Emmon. *Teoria Sintática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 (versão portuguesa de Bach, 1974).

BERLINCK, R. de A. et al. Sintaxe. In: Fernanda Mussalin e Anna Christina Bentes (orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 207-244.

BLACK, J.; MOTAPANYANE, Y. (Eds.). *Microparametric Syntax and Dialect Variation*. Current Issues in Linguistic Theory 139, US/Canada: John Benjamins, 1996. Preface by Richard Kayne.

CHOMSKY, N. *Novos Horizontes no Estudo da Linguagem*. D.E.L.T.A. PUC-SP, vol. 13, Número especial, p. 49-72, 1997.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris Publication, 1981.

CHOMSKY, N. *O Conhecimento da Língua: Sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa: Caminho, 1994 (versão portuguesa de Chomsky, 1986).

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995

CHOMSKY, N. *The Architecture of Language*. New York: Oxford University Press, 2001.

CHOMSKY, N. and LASNIK, H. The Theory of principles and parameters. In J. Jacobs, A von Stechow, W. Sternefeld, and T. Vennemann (eds.). *Syntax: An international handbook of contemporary research*. Berlin: de Gruyter, 1993.

COSTA, J. (ed.). *Portuguese Syntax: New Comparative Syntax*. New York: Oxford University Press, 2000.

COSTA, J.; MOURA, D.; PEREIRA, S. Concordância com *a gente*: um problema para a teoria da verificação de traços. Lisboa: *Actas do Encontro Nacional da Associação de Lingüística Portuguesa* (no prelo).

DASCAL, M.; BORGES NETO, J. De que trata a Lingüística afinal? *HIISTOIRE, EPISTEMOLOGIE, LANGAGE*. Tome 13, fascicule I, p. 13-50, 1991.

DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1972.

FARIA, I. et al. (orgs.). *Introdução à Lingüística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.

FREIDIN, R. (ed.). *Current Issues in Comparative Grammar*. The Netherlands: Kluwer, 1996.

GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001.

GUÉRON, J.; POLLOCK, J-Y. *Grammaire générative et syntaxe comparée*. Paris: Éditions du CNRS, 1991.

KATO, M. A. (org.). *Gramática do Português Falado*. Volume V: Convergências. (Apresentação). Campinas: FAPESP/UNICAMP, 1996.

KATO, M. A. Formas de Funcionalismo na Sintaxe. *D.E.L.T.A.* PUC-SP, vol. 14, Número especial, p. 145-168, 1998.

KATO, M. A.; RAMOS, J. Trinta anos de Sintaxe Gerativa no Brasil. *D.E.L.T.A.*, PUC-SP, vol. 15, Número especial, p. 105-146, 1999.

KAYNE, R. S. *Parameters and Universals*. New York: Oxford University Press, 2000.

KAYNE, R. S. Microparametric Syntax: Some Introductory Remarks. In: James R. Black and Virginia Motapanyane. *Microparametric Syntax and Dialect Variation*. US/Canada: John Benjamins, 1996.

MENUZZI, S. First Person Plural Anaphora in Brazilian Portuguese: Chains and Constraint Interaction in Binding. In: João Costa (ed.). *Portuguese Syntax*. New Comparative Studies. Oxford University Press, 2000: 191-240.

MOURA, D. O. Caráter Variável da Regra de Concordância no PB. UFC: Revista *LETRAS* n. 21, vol. 1-2, p. 78-84, jan./dez. 1999.

MOURA, D. O. L' accord sujet-verbe dans la langue parlée en Portugais Brésilien et en Français Contemporain. Canada, York University, *NWAVE-28*, 14-17.10.1999.

MOURA, D. O. A concordância sujeito-verbo na língua falada em Português brasileiro e em Francês contemporâneo. *Revista da FAEEBA*, ano 10, n. 15, p. 69-74, jan./jun. 2001.

MOURA, D. O. A concordância verbal na norma culta da língua. Évora/Portugal, *Actas do Congresso Internacional 500 Anos da Língua Portuguesa no Brasil* (no prelo).

MOURA NEVES, M. H. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MOURA NEVES, M. H. Estudos Funcionalistas no Brasil. *D.E.L.T.A.*, PUC-SP, vol. 15, Número especial, p. 71-104, 1999.

MOURA NEVES, M. H. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NARO, A.; VOTRE, S. Mecanismos funcionais do uso da língua. In: Alzira Macedo et al. *Variação e Discurso*. 1996, p. 51-62.

OLIVEIRA, R. da S. *Minidicionário compacto de Informática*. 2. ed. atual. São Paulo: Editora Rideel, 1999.

RAPOSO, E. P. *O Programa Minimalista*. Noam Chomsky. Tradução, Apresentação e Notas à Tradução. Lisboa: Caminho, 1999.

RAPOSO, E. P. *Teoria da Gramática*. A Faculdade de Linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.

RIZZI, L. Une théorie de la syntaxe comparative. Préface de Y. Roberge & M-T Vinet. *La Variation Dialectale en Grammaire Universelle*. Les Presses de l'Université de Montréal/Les Éditions de l'Université de Sherbrook, 1989.

RIZZI, L. The New comparative syntax: principles and parameters of universal grammar. Genève, Foundation Archives Jean Piaget, 10th Advanced Course "Language and Cognition", October 10, 1988.

ROBERGE, Y.; VINET, M-T. *La Variation Dialectale en Grammaire Universelle*. Les Presses de l'Université de Montréal/Les Éditions de l'Université de Sherbrook, 1989.